

**Edital de Leilão nº 01/2022**

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO – DETRAN/SP, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e alterações, Decreto Federal nº 1.305 de 09 de novembro de 1994, e Portaria DETRAN-SP nº 215 de 24 de junho de 2014, torna público que será realizado o LEILÃO PÚBLICO de veículos apreendidos por infração de trânsito, sendo o evento regido pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, Portaria DETRAN-SP nº 938 de 24 de maio de 2006 e alterações, e Decreto Federal 21.981/32 e alterações, Lei Estadual nº 15.911, de 29 de setembro de 2015 e alterações, torna público que será realizado o leilão de veículos apreendidos por infração de trânsito no Município de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. O Leilão será conduzido e levado a efeito pela Leiloeira Oficial BEATRIZ SILVA CARVALHO, matriculada junto à JUCESP sob o número 1239, devidamente designado pelo DETRAN/SP e será realizado na modalidade ON-LINE pelo endereço eletrônico [www.grupocarvalholeilões.com.br](http://www.grupocarvalholeilões.com.br). O cronograma obedecerá a seguinte ordem: VEÍCULOS COM DIREITO A DOCUMENTAÇÃO: Abre para lance no dia 09/06/2023 e encerra no dia 15/06/2023 às 10h00min., progressivamente. Repasse ocorrerá no dia 15/06/2023 após encerramento. VEÍCULOS FIM DE VIDA ÚTIL – SUCATA APROVEITÁVEL: Abre para lance no dia 09/06/2023 e encerra no dia 16/06/2023 às 10h00min., progressivamente. Repasse ocorrerá no dia 16/06/2023 após encerramento. VEÍCULOS RECICLAGEM – SUCATA INSERVIVEL: Abre para lance no dia 09/06/2023 e encerra no dia 16/06/2023 às 14h00min., progressivamente. O Edital na íntegra e seu anexo, indicando regras de visitação e localização dos lotes, encontra-se disponível no Portal eletrônico do DETRAN

**18ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL/SP**

**EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL - VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO.** Art. 887, § 3º/CPC. **EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL ONLINE.** Dora Plat - Leiloeira Oficial - JUCESP 744. **18ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL.** Processo: nº 0043410-36.2022.8.26.0100. Requerido ESPÓLIO DE ADELAIDE HERRADON VASQUES - Apartamento na Adimação, Rua Paulo Orozimbo, nº 503, São Paulo/SP - Contribuinte nº 034.039.0390.7. **Descrição completa na Matrícula nº 112.941 do 16º CRI de São Paulo/SP. Lance mínimo na 1ª praça: R\$ 418.788,38 - Lance mínimo na 2ª praça: R\$ 209.394,19 (50% do valor de avaliação) (sujeitos à atualização). DATAS DAS PRAÇAS - 1ª Praça começa em 03/07/2023 às 10h50min, e termina em 06/07/2023 às 10h50min; 2ª Praça começa em 06/07/2023 às 10h51min, e termina em 26/07/2023 às 10h50min.** Fica o requerido ESPÓLIO DE ADELAIDE HERRADON VASQUES, *credores* CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, M.P.M - FOMENTO MERCANTIL LIMITADA - ME, CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PAÇO DOS ARCOS, *terceira/interessado* ANNA JULIA FACHIM HAIDANUS (NETA DE ADELAIDE H VASQUES), H.C.G CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA; e demais interessados. INTIMADOS das designações supra, caso não seja(m) localizado(a)s para a intimação pessoal, bem como da Penhora realizada em 17/08/2020.

**ZUK | PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003-0677 | PORTALZUK.COM.BR**

**16ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL/SP**

**EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL - VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO.** Art. 887, § 3º/CPC. **EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL ONLINE.** Dora Plat - Leiloeira Oficial - JUCESP 744. **16ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL.** Processo: nº 0047078-49.2021.8.26.0100. Requeridos: JONATAS DENIZ SILVA, TJ INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO - DIREITOS AQUISITIVOS SOBRE O CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL - Apartamento com a área privativa de 103,190m² em Mogi das Cruzes/SP, Avenida Mariano Souza Mello, nº 780, Mogi das Cruzes/SP - Cadastro Municipal nº 11.022.005.024-7 (AV.06). Descrição completa na Matrícula nº 78.364 do 01º CRI de Mogi das Cruzes/SP. **Lance mínimo na 1ª praça: R\$ 459.986,73 - Lance mínimo na 2ª praça: R\$ 275.992,03 (60% do valor de avaliação) (sujeitos à atualização). DATAS DAS PRAÇAS - 1ª Praça começa em 30/06/2023 às 14h00min, e termina em 04/07/2023 às 14h00min; 2ª Praça começa em 04/07/2023 às 14h01min, e termina em 24/07/2023 às 14h00min.** Ficom os requeridos JONATAS DENIZ SILVA, TJ INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO, bem como seu cônjuge, se casado(a)s for(em), bem como o *credor tributário* MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, promitente vendedor e *credor(a) fiduciário* HESA 52 - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e demais interessados. INTIMADOS das designações supra, caso não seja(m) localizado(a)s para a intimação pessoal, bem como da Penhora realizada em 31/10/2022.

**ZUK | PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003-0677 | PORTALZUK.COM.BR**

**EDITAL DE CITAÇÃO.** Processo Digital nº: **0002111-83.2023.8.26.0152.** Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Condomínio. Exequente: Associação dos Adquirentes de Unidades No Empreendimento São Paulo II. Executado: Ronaldo da Costa Oliveira e outro. **EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.** PROCESSO Nº 0002111-83.2023.8.26.0152. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Cotia, Estado de São Paulo, Dr(a). RENATA MEIRELLES PEDRENO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Ronaldo da Costa Oliveira (CPF. 051.602.658-56), que a ação de Procedimento Comum, ajuizada por Associação dos Adquirentes de Unidades No Empreendimento São Paulo II, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R\$ 80.961,19 (abril de 2023). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15(quinze) dias, a fluir dos 20 (vinte) dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de entrega e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Cotia, aos 22 de maio de 2023.

**EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.** Processo Digital nº: **0004059-16.2023.8.26.0005.** Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Fomento de Energia Elétrica. Exequente: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Executado: R Nonato Ferreira dos Santos Bar. **EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.** PROCESSO Nº 0004059-16.2023.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciana Antoni Pagano, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a R Nonato Ferreira dos Santos Bar. CNPJ: 13.615.889/0001-63 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 102.976,85 (atualizado até 03/04/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de maio de 2023.

**EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.** Processo Digital nº: **0003125-47.2022.8.26.0020.** Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução - Causas Supervenientes à Sentença. Exequente: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Executado: Panificadora e Confeitaria Ciranda de Pães Ltda. **EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.** PROCESSO Nº 0003125-47.2022.8.26.0020. A MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr. Flavia Bezerra Tone Xavier, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a PANIFICADORA E CONFEITARIA CIRANDA DE PÃES LTDA., CNPJ 50.031.392/0001-24, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R\$ 642.343,11 (julho de 2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de maio de 2023.

**EDITAL DE CITAÇÃO.** Processo Digital nº: **1027669-33.2018.8.26.0114.** Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária. Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S.A. Requerido: Jianco Paulo Bresiac. **EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.** PROCESSO Nº 1027669-33.2018.8.26.0114. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro de Campinas, Estado de São Paulo, MAURICIO SIMÕES DE ALMEIDA BOTELHO SILVA, na forma da Lei, etc. Faz saber a todos quanto o presente edital vierem ou dele tiverem conhecimento e possa interessar, notadamente a JIANCO PAULO BRESIAC, atualmente em lugar incerto e não sabido, que neste 10ª VARA CÍVEL DO Foro de Campinas - SP e respectivo Cartório foi proposta a AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, processo 1027669-33.2018.8.26.0114, movida por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A referente ao contrato 2902426137. Pretende a Autora a condenação do Réu ao pagamento da importância de R\$ 22.025,95 (vinte e dois mil e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos), correspondente ao valor atualizado da causa. Pleiteia-se, ainda, a condenação do Réu ao pagamento das verbas sucumbenciais. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, foi determinada a citação por edital, ficando o Réu JIANCO PAULO BRESIAC, atualmente em lugar incerto e não sabido, devidamente CITADO da petição inicial ora resumida, neste transcrito, ficando ainda cientificado de que, não sendo impugnado a ação, presumir-se-ão acertos pela mesma como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor, conforme o disposto no artigo 319 do Código de Processo Civil. Caso o Réu seja Revel, ser-lhe-á nomeado curador especial para realizar a defesa do Devedor, nos moldes do Art. 257, IV do CPC/2015. O prazo de impugnação será de 15 (quinze) dias, estes contados após o decurso de 20 (vinte) dias do presente Edital. ADVERTÊNCIA: Reiterese que, não sendo apresentada impugnação ao presente pedido no prazo de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Campinas, aos 22 de fevereiro de 2023.

**Edital de Citação.** Prazo: 20 dias. Processo nº **1007312-56.2019.8.26.0127.** A Dra. Rossana Luiza Mazzoni de Faria, Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Carapicuíba/SP, Faz Saber a Ekaterina Aleksandrovna Deryabina Soriani de Andrade (CPF. 233.046.608-01) e Alexandre Nicolau Soriani de Andrade (CPF. 157.669.138-18), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhes ajuizou ação de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R\$ 38.461,20 (julho de 2019), decorrente das Notas Fiscais de Serviço nº 413693 (R\$ 3.441,37), tendo emitido cheque - Banco Itaú, agência 2000-1, conta corrente 37013-6, cheque nº 000009, valor R\$ 3.441,37, o qual deixou de honrar, 426375 (R\$ 543,04); 426334 (R\$ 110,36); 349237 (R\$ 59,13); 340815 (R\$ 1.109,30); 333879 (R\$ 4.558,55); 327190 (R\$ 952,31); e, 994459 (R\$ 9.737,68). Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, os requeridos serão considerados reveis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. Carapicuíba, 23/01/2023.

Proc. 0008463-19.2023.8.26.0100 - O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 36ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Priscilla Bitar Neves Netto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a (o) ELETRICA REAL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ 10.535.547/0001-45, que lhe foi proposta uma ação Monitoria por parte de Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais Ltda., alegando em síntese: a aquisição de 73 mangueiras de LED em 08/11/2018, que foram pagas e não entregues pela requerida. Em 25/11/2022, foi proferida sentença constituindo, de pleno direito, o título executivo extrajudicial na importância de R\$35.895,85, corrigidos desde o ajuizamento da ação pela tabela Prática do Tribunal de Justiça, e acrescida de juros de mora de 1% ao mês desde a citação, bem como despesas processuais e honorários advocatícios no importe de 15% do valor atualizado da condenação. Tendo a referida sentença transitado em julgado em 24/01/2023 e encontrando-se o réu/executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta para que, no prazo de 15 dias, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da quantia especificada no cumprimento de sentença no valor de R\$ 57.188,60, devidamente atualizado e acrescido de custas, se houver, sob pena de incidência de multa de 10% além de honorários advocatícios de 10% sobre o total (art. 523, caput e § 1º e art. 85, §§ 1º e 2º, CPC), ou apresente impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 dias, que fluir após o decurso do prazo de pagamento voluntário, nos termos do art. 525 do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos \_\_\_\_ de abril de 2023. P-27e29/05

**EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 35 DIAS.** PROCESSO Nº 1019021-49.2017.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANTONIA EGLEUDA MONTEIRO DOS SANTOS, que lhe foi proposta uma ação de Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança por parte de Bernadete Cabral Torelli, alegando em síntese: que os locatários-réus, cujo imóvel já fora desocupado, não pagam os aluguéis e encargos desde 18 de novembro de 2016. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, ficando a ré advertida do prazo de 15 dias para apresentar a defesa, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na petição inicial, nos termos do artigo 344 do novo Código de Processo Civil, ou efetuar(em) o pagamento, mediante depósito judicial. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 25 de maio de 2023. P-27e29/05

## Anúcius Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.212.090/0001-91

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Valores expressos em milhares de reais

	Balço Patrimonial		Passivo e Patrimônio Líquido	
	2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>	<b>2.022</b>	<b>2.021</b>	<b>2.022</b>	<b>2.021</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	610	2.396	21	20
Impostos à Recuperar	105	87	-	-
<b>Circulante</b>	<b>715</b>	<b>2.483</b>	<b>1.162</b>	<b>1.183</b>
<b>Ativo não circulante classificado como mantido para venda</b>	<b>-</b>	<b>1.342</b>	<b>-</b>	<b>4.760</b>
Partes Relacionadas	-	4.211	-	-
Investimentos em controlada	185	6.979	-	-
<b>Não Circulante</b>	<b>185</b>	<b>11.190</b>	<b>-</b>	<b>4.760</b>
			14.611	14.611
			6.757	6.757
			(5.497)	(4.451)
			(2.860)	(2.860)
			(13.294)	(3.822)
			(283)	(10.235)
<b>Total do Ativo</b>	<b>900</b>	<b>15.015</b>	<b>900</b>	<b>15.015</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Anúcius Participações S.A. ("Companhia"), sediada na rua Avenida Queiroz Filho, Nº 1700 - Conj 704 Torre Sky no bairro Vila Hamburguesa em São Paulo - SP possui investimento indireto na Enova Foods S.A., empresa que atua nos segmentos de barras de mixed nuts, amendoins, paçoas, refresco em pó e salgadinhos, com as marcas Agtal, Amendoim Brasil, Enjoy, Ki-Suco, Monama, Tivva, Paçoça Agtal, Glup, Mixed Nuts, e Promix. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis adotadas:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos financeiros. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo as principais descritas nos itens posteriores, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada Enova Foods Participações S.A. Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, os saldos entre as empresas foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Companhia nas controladas. A participação dos acionistas não controladores foi destacada. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a participação da Companhia nas controladas diretas e indiretas é a seguinte:

	Participação no Capital Social - %	
	2022	2021
<b>Controladas diretas:</b>		
Enova Foods Participações S.A.	100%	98,11%
<b>Controladas indiretas:</b>		
Enova Foods S.A.	100%	98,11%

**2.3. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Lei das SAs, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de maio de 2023. **2.4. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade:** Durante o exercício de 2022 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas a seguir. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2022, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes: • Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de Material; • Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento; • Alterações no CPC 15 (R1): Definição de Negócios. Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas); • Contratos de seguros (alterações à IFRS 17 e IFRS 4); • Referências à estrutura conceitual (alterações à IFRS 3); • Produtos antes do uso pretendido (alterações à IAS 16); • Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações à IAS 37); • Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); e • Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações à IAS 1). **2.5. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional, e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. **2.6. Instrumentos financeiros - 2.6.1. Ativos e passivos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. **iv) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15. **v) Desreconhecimento - Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.6.2. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e de baixo risco de variação no valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao custo, exceto dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **2.8. Contas a receber:** As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda de crédito esperada ("PECLD" ou "impairment"). A provisão para perda de crédito esperada é constituída com base na análise individual dos valores a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Para casos de valores a receber provisionados cuja probabilidade de perda foi revista e posteriormente alterada, a Companhia e suas controladas revertem tais perdas de maneira prospectiva. **2.9. Estoques:** São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e, quando aplicável, acrescidos de gastos relativos aos transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, incluem os gastos gerais de

fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **2.10. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada com base nas taxas que levam em conta a vida útil-econômica estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos bens são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.11. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O intangível inclui: (i) marcas; (ii) licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; (iii) carteiras de clientes; (iv) água na aquisição de controladas; e (v) desenvolvimento de produtos. **2.12. Avaliação do valor recuperável - "impairment":** a) **Ativos:** A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável) dos ativos. Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), correspondentes às unidades produtivas localizadas nas cidades de Queluz (SP) e Catanduva (SP), as quais os ativos estejam alocados. b) **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. c) **Ágio:** Anualmente a Administração avalia a recuperabilidade do ágio registrado na UGC correspondente a unidade produtiva onde o ágio foi alocado, a qual está localizada na cidade de Queluz (SP), com o objetivo de testar as perdas sobre o valor recuperável do ágio gerado na aquisição da Agtal. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo na unidade. **2.13. Tributação - a) Impostos correntes:** Conforme definido pela legislação tributária, no regime de tributação com base no Lucro Presumido, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes. Para as receitas financeiras, tributa-se a base de 100% à alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. As controladas são tributadas pelo regime de tributação com base no lucro real e, sempre que aplicável, a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no encerramento de cada exercício, sendo de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual), para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no encerramento de cada exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de imposto de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao fisco. b) **Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia e suas controladas, no encerramento de cada exercício, esperam recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia e suas controladas pretendem liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. **2.14. Provisão para processos judiciais:** A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para os processos judiciais e administrativos cuja probabilidade de perda é considerada possível, a Companhia apenas efetua a divulgação e, para aqueles cuja probabilidade de perda é considerada remota, não há registro nem divulgações. **2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos são demonstrados pelos valores de realização e os outros passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.16. Reconhecimento da receita:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. De acordo com os conceitos do CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A apropriação da receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas: (i) identificação do contrato; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; (v) reconhecimento da receita. **2.17. Ativo não circulante mantido para venda:** Um ativo não circulante é classificado como mantido para venda se seu valor contábil for recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda e não por meio de uso contínuo. Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é

	2.022	2.021
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>2.022</b>	<b>2.021</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(11.787)	(4.128)
Outras receitas	3.419	(3)
Despesas gerais e administrativas	(1.162)	0
Despesa financeira	(1)	(30)
Receita financeira	59	117
<b>Resultado do Período</b>	<b>(9.472)</b>	<b>(4.044)</b>
IRPJ e CSLL	-	-
<b>Prejuízo do exercício de operações descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>1.892</b>
<b>Resultado do Período</b>	<b>(9.472)</b>	<b>(2.152)</b>

reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão será registrada somente até o limite da perda reconhecida. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações, menos qualquer perda relacionada a impairment. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados separadamente na nota explicativa. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado comparativas são representadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. Qualquer participação de acionistas não controladores relativa ao grupo de ativos mantidos para venda é apresentada no patrimônio líquido, não sendo reclassificada no balanço patrimonial. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das práticas contábeis, descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As es-

timativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, referem-se ao valor residual e avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para contingências, provisão para estoques obsoletos, provisão para recuperação dos tributos diferidos ativos e mensuração do valor recuperável dos ativos para fins de teste de impairment. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco inflacionário, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia e suas controladas concentram-se na busca de minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia. **a) Risco de crédito:** Esses riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro. **b) Risco de câmbio:** A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, notadamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A Administração estabeleceu uma política que busca cancelar seu risco cambial nas exportações através da contratação de dívida em moeda estrangeira e utilização de instrumentos financeiros derivativos quando necessário. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. **c) Risco de liquidez:** A Administração da Companhia e suas controladas elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os detalhes do fluxo de pagamentos dos endividamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Ela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros, com base na data em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, e inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal incorridos até a data destas demonstrações contábeis:

	Até 01 mês	De 01 a 03 meses	De 03 a 06 meses	De 06 a 09 meses	De 09 a 12 meses	Acima de 01 ano	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>							
Fornecedores	13.066	7.524	713	-	-	-	21.303
Empréstimos e financiamentos - Capital de giro	1.965	2.936	6.091	7.058	6.442	36.498	60.990
Empréstimos e financiamentos - Leasing	8	11	14	15	-	-	48
Empréstimos e financiamentos - Adiantamento de Câmbio	2.660	-	-	-	-	-	2.660
Empréstimos e financiamentos - Cessão de Recebíveis	173	-	-	-	-	-	173
<b>Total</b>	<b>17.872</b>	<b>10.471</b>	<b>6.818</b>	<b>7.073</b>	<b>6.442</b>	<b>36.498</b>	<b>85.174</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>							
Fornecedores	8.646	6.251	327	-	-	-	15.224
Empréstimos e financiamentos - capital de giro	1.843	9.246	5.981	5.676	8.844	23.715	55.305
Empréstimos e financiamentos - leasing	36	74	114	118	121	48	511
Empréstimos e financiamentos - adiantamento de câmbio	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10.525</b>	<b>15.571</b>	<b>6.422</b>	<b>5.794</b>	<b>8.965</b>	<b>23.763</b>	<b>71.400</b>

**d) Risco de taxa de juros:** Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis às variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e dívidas com taxas de juros variáveis, substancialmente, atreladas ao CDI. **e) Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base sólida de capital para manter a confiança de investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, considerando seu custo de capital, os riscos associados e as necessidades de financiamento para o desenvolvimento dos negócios. O índice de endividamento em 31 de dezembro é o seguinte:

	2022	2021
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>63.871</b>	<b>55.815</b>
Custo a amortizar	(391)	(100)
Caixa e equivalentes de caixa	(6.801)	(5.930)
Dívida líquida	56.679	49.785
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(282)</b>	<b>10.370</b>
<b>Total do capital</b>	<b>56.397</b>	<b>60.155</b>
Relação da dívida líquida sobre o capital	101%	83%

**f) Análise de sensibilidade:** A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente à taxa de juros variável indexada ao CDI. A análise de sensibilidade preparada pela Administração é resumida na tabela a seguir:

	cenário provável	cenário sensível	cenário remoto
<b>Instrumento financeiro</b>			
Empréstimos e financiamentos	Varição do CDI (3.277)	(4.096)	(4.915)
O cenário provável considera as taxas futuras da moeda estrangeira e do CDI, conforme cotações obtidas na B3 para as datas de vencimento previstas dos instrumentos financeiros ou encerramento do próximo exercício, o que acontecer primeiro. Os cenários possível e remoto consideram aumento nessas taxas à ordem de 25% e 50%, respectivamente.			

**5. Instrumentos financeiros - 5.1. Instrumentos financeiros por categoria (consolidado):** Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foram classificados nas seguintes categorias em 31 de dezembro:

	2022	2021
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6)	6.801	5.930
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 7)	43.531	33.285
<b>Total</b>	<b>50.332</b>	<b>39.215</b>
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>		
<b>Custo amortizado</b>		
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 14)	63.480	55.715
Fornecedores (Nota Explicativa nº 15)	21.303	15.224
<b>Total</b>	<b>84.783</b>	<b>70.939</b>

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	610	2	6.346	1.969
Aplicações financeiras (*)	-	2.394	455	3.961
<b>Total</b>	<b>610</b>	<b>2.396</b>	<b>6.801</b>	<b>5.930</b>

(\*)A aplicação financeira possui liquidez imediata e é remunerada a taxa de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

	2022	2021
<b>7. Contas a receber de clientes (consolidado)</b>		
Contas a receber de clientes - nacionais	45.020	35.195
Contas a receber de clientes - internacionais	1.000	550
<b>Total</b>	<b>46.020</b>	<b>35.745</b>
Provisão para perda de crédito esperada	(2.489)	(2.460)
<b>Total</b>	<b>43.531</b>	<b>33.285</b>

A Companhia registra a provisão para perda de crédito esperada para títulos vencidos há mais de 360 dias, pois considera que a partir desse período há riscos potenciais de inadimplência. Adicionalmente, a Administração efetua uma avaliação individualizada da situação financeira dos clientes para avaliar a necessidade de uma provisão além daquela já estabelecida. A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2022	2021
<b>A vencer</b>	<b>40.515</b>	<b>29.083</b>
<b>Vencidos</b>		
Até 30 dias	2.917	2.595
De 31 a 90 dias	79	981
De 91 a 120 dias	20	26
De 121 a 180 dias	-	569
De 181 a 360 dias	-	31
Acima de 360 dias	2.489	2.460
<b>Total</b>	<b>46.020</b>	<b>35.745</b>
A movimentação da provisão para perda de crédito esperada é demonstrada a seguir:		
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>(2.460)</b>	<b>(2.573)</b>
Movimentação	(29)	113
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(2.48</b>	

12.2. Movimentação do ativo imobilizado

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Em 1º de janeiro de 2021	7.038	6.961	721	8	256	306	2.853	18.143
Adições	10	1.807	268	-	57	1.402	-	3.544
Baixas, líquidas	-	-	(4)	(7)	-	-	-	(11)
Depreciação	(400)	(1.107)	(127)	(1)	(84)	-	-	(1.719)
Transferências (*)	25	1.301	-	-	11	(1.337)	-	-
Saldo contábil, líquido	6.673	8.962	858	-	240	371	2.853	19.955
Adições	364	33	248	-	196	233	-	1.074
Baixas, líquidas	-	-	(4)	-	(2)	-	-	(6)
Depreciação	(483)	(1.360)	(170)	-	(95)	-	-	(2.108)
Transferências (*)	4	303	-	-	-	(307)	-	-
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2022	6.558	7.938	932	-	339	297	2.853	18.917
Em 31 de dezembro de 2022	6.558	7.938	932	-	339	297	2.853	18.917
Custo	12.892	21.001	1.942	-	1.319	297	2.853	40.304
Depreciação acumulada	(6.334)	(13.063)	(1.010)	-	(980)	-	-	(21.387)
Saldo contábil, líquido	6.558	7.938	932	-	339	297	2.853	18.917

13. Intangível (consolidado)

	2022	2021
Softwares	29,14	92
Marcas e patentes (*)	3,061	3,051
Carteira de clientes (*)	13,19	2,764
Agio (*)	7,187	7,187
Desenvolvimento de produtos	155	155
Total	13.259	14.207

(\*) O saldo de carteira de clientes, marcas e patentes e do ágio é proveniente da incorporação da Acastanea em maio de 2015, como resultado da aquisição da A. Guedes Torreção de Amendoin Ltda. ("Agtal") naquele mesmo ano. O valor recuperável desse ágio foi determinado com base no cálculo do valor em uso e na identificação da menor UGC associada ao negócio, utilizando projeções dos fluxos de caixa aprovados pela Administração e trazidos a valor presente com base em taxa de desconto julgada razoável para mensurar os riscos inerentes e a remuneração esperada. A Administração utilizou a taxa ponderada média de custo de capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC") da Companhia e suas controladas como taxa-base para trazer os fluxos de caixa projetados a valor presente. O orçamento financeiro baseia-se na taxa de crescimento média de longo prazo prevista para o mercado em que a Companhia e suas controladas atuam e em premissas operacionais elaboradas pela Administração. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil a exceder o seu valor recuperável.

b) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Saldo 31/12/2020	Apropriação do custo de transação	Atualização monetária e juros	Captação	Pagamentos Principal	Pagamentos juros e variação monetária	Saldo 31/12/2021
Adiantamento de contrato de câmbio	-	-	-	3.777	-	-	3.777
Capital de giro	50.821	-	5.753	9.099	(11.207)	(2.939)	51.527
Leasing	948	-	92	-	(394)	(135)	511
Custo de transação	(487)	565	-	(178)	-	-	55.715
Total de empréstimos e financiamentos	51.282	565	5.845	12.698	(11.601)	(3.074)	55.715
Cédula de crédito à exportação	3.777	-	-	-	-	(1.116)	2.661
Capital de giro	51.527	-	7.407	36.573	(30.332)	(4.185)	60.990
Leasing	511	-	34	-	(370)	(127)	48
Cessão de recebíveis	-	-	593	25.405	(25.826)	-	172
Custo de transação	(100)	214	-	(505)	-	-	(391)
Total de empréstimos e financiamentos	55.715	214	8.034	61.473	(56.528)	(5.428)	63.480

c) Cláusulas restritivas de contratos de empréstimos ("covenants"): Os contratos em aberto não possuem cláusulas restritivas ligadas aos índices econômico-financeiros da Companhia e suas controladas ("covenants"). d) Bens dados em garantia: Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos. Para alguns empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente R\$ 8.700 (R\$ 7.184 em 2021) de bens do ativo imobilizado, ao custo, encontram-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	14.207	13.280
Adições	26	1.909
Amortização	(974)	(962)
Saldo em 31 de dezembro	13.259	14.207

13.2. Movimentação do ativo intangível

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	14.207	13.280
Adições	26	1.909
Amortização	(974)	(962)
Saldo em 31 de dezembro	13.259	14.207

14. Empréstimos e financiamentos (consolidado)

a) Composição dos empréstimos e financiamentos

	2022	2021
Capital de giro	60.990	51.527
Leasing	48	511
Adiantamento de Contrato de Câmbio	2.660	3.777
Cessão de recebíveis	173	-
Total	63.871	55.815
Custos a amortizar	(391)	(100)
Total	63.480	55.715
Circulante	26.982	31.952
Não circulante	36.498	23.763

O custo médio ponderado de captação da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de 15,25% ao ano (17,44% em 2021).

Em 31 de dezembro, o cronograma de pagamento da parcela do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Ano	2022	2021
2023	18.825	15.266
2024	10.515	7.562
2025	7.158	935
2026	36.498	23.763
Total	63.480	47.526

Os empréstimos estão garantidos pelos recebíveis da Companhia e suas controladas, bem como pelos próprios bens financiados.

16. Tributos parcelados (consolidado)

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	16.375	8.638
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	844	1.213
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	5.329	2.127
Outros	247	283
Total	22.795	12.261
Circulante	8.552	3.729
Não circulante	14.243	8.532

Os pagamentos dos impostos parcelados vêm sendo efetuados nas respectivas datas de vencimento, não havendo atrasos.

17. Outros passivos

	2022	2021
Provisão para fretes	-	991
Provisão para comissões	-	994
Provisão para riscos	1.162	-
Outros	-	549
Total	1.162	3.696

18. Provisão para processos judiciais (consolidado):

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas, como se segue:

	2022	2021
Trabalhista	3.898	5.151
Cível	273	249
Total	4.171	5.400

A movimentação da provisão para contingências nos exercícios está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	5.400	5.134
Adições	1.646	678
Reversões	(2.435)	(280)
Pagamentos	(440)	(132)
Saldo em 31 de dezembro	4.171	5.400

Adicionalmente, a Companhia está ciente de outros processos cuja probabilidade de perda, de acordo com seus assessores jurídicos, é possível, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 11.863 (R\$ 13.364 em 2021).

18.1. Depósitos judiciais: Os saldos de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão representados a seguir:

	2022	2021
Trabalhista	218	368
Total	218	368

19. Partes relacionadas

	2022	2021
Partes relacionadas ativo	-	-
Mútuo - Enova Foods Participações S.A.	4.211	-
Não circulante	4.211	-

19.1. Remuneração da Administração:

O montante pago a título de remuneração da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 1.938 (R\$ 893 em 2021).

20. Patrimônio líquido - 20.1. Capital social:

O capital social totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 14.611, representado por 122.904.455 ações nominativas, sem valor nominal. Em 2022 ocorreu uma mudança no quadro dos acionistas saindo o Fundo de Investimentos em Participações Saccharum e entrando o Fundo de Investimentos em Participações Powered Holding. A partir de 2022 a totalidade das ações passou a ser dividida entre 58% para o Fundo de Investimentos em Participações Powered Holding e 42% para Order Participações. As ações ordinárias estão divididas entre 51% para Order Participações e 49% para o Fundo de Investimentos em Participações Powered Holding.

20.2. Dividendos: Conforme definido no estatuto da Companhia, os acionistas têm direito a 25% do lucro do exercício, após a dedução das reservas legais, a título de dividendo mínimo obrigatório.

26. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022, está demonstrada a seguir:

Item	Tipo de cobertura	Itens segurados	Capital segurado
Responsabilidade civil	Danos relacionados com produtos, responsabilidades civis, danos materiais, corporais e morais, custos e despesas causados a terceiros	Produtos e responsabilidade civil	15.000
Patrimonial	Danos materiais causados por danos elétricos, incêndio, vendaval e Tumulto e assegura a perda do aluguel	Os prédios estão segurados a 100% de seu valor de mercado	21.500

Diretoria  
Diretor Presidente: Rafael Sottili  
Diretor Financeiro: João Artur Trama Torres Fontes

Contadora: Larissa Cristina Guimarães CRC: SP-345721/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Anúciub Participações S.A. - Campinas - São Paulo. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Anúciub Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Anúciub Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de

auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detec-

Os dividendos obrigatórios não serão pagos no exercício, ou serão distribuídos em valor inferior ao mínimo, se incompatível com a situação financeira da Companhia.

21. Receita líquida (consolidado)

	2022	2021
Receita líquida (consolidado)	228.913	173.262
Mercado interno	6.565	4.370
Mercado externo	(43.167)	(18.938)
Total	192.311	158.694
Tributos sobre vendas	(33.655)	(27.739)
Descontos e bonificações concedidas	(4.094)	(4.299)
Total	(37.749)	(32.038)
Receita líquida de vendas	154.562	126.656

22. Custos e despesas por natureza (consolidado)

	2022	2021
Custo das vendas:	-	-
Custo de matéria-prima	(78.744)	(66.854)
Gastos gerais de fabricação	(3.583)	(3.877)
Depreciação e amortização	(1.940)	(1.207)
Pessoal	(10.359)	(9.469)
Total	(94.626)	(81.407)

Despesas operacionais:

Aluguel	(1.813)	(1.687)
Campanhas sobre vendas	(10.939)	(8.595)
Comissões sobre vendas	(5.952)	(5.214)
Consultorias e serviços de terceiros	(2.598)	(4.226)
Depreciação e amortização	(1.142)	(1.494)
Despesas com fretes	(12.027)	(10.755)
Marketing e merchandising	(5.637)	(4.438)
Pessoal	(15.739)	(13.427)
Royalties	(513)	(500)
Telefonia	(51)	(71)
Viagens e estadas	(2.164)	(1.160)
Recuperação de impostos (*)	-	13.466
Outras	(1.162)	(3)
Total	(59.712)	(41.932)

Distribuídos em:

Despesas com vendas	(45.101)	(37.998)
Despesas gerais e administrativas	(1.162)	(3)
Total	(46.263)	(37.998)

(\*) Em fevereiro de 2020, a Companhia obteve êxito no mandato de segurança assegurando o direito da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Em maio de 2021, após a decisão do STF em conceder o crédito da exclusão do PIS e da Cofins sobre o ICMS destacado, a Companhia registrou no exercício corrente os créditos remanescentes do período de fevereiro de 2002 a março de 2017 no valor atualizado de R\$ 15.522.

23. Outras receitas: Valor referente a venda da controlada Monama, concluída em fevereiro de 2022.

24. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras:	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	59	58
Juros ativos	59	463
Total	117	521

Despesas financeiras:

Juros passivos	(1)	(30)
Variação cambial líquida	-	38
Outras	(1)	(1.663)
Total	(1)	(1.625)

25. Resultado por ação: O cálculo do resultado por ação básico e diluído é resumido a seguir:

	2022	2021
Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia	(9.472)	(2.152)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	122.904	122.904
Prejuízo por ação (em reais por lote de mil ações)	(77,07)	(17,51)

26. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022, está demonstrada a seguir:

Item	Tipo de cobertura	Itens segurados	Capital segurado
Responsabilidade civil	Danos relacionados com produtos, responsabilidades civis, danos materiais, corporais e morais, custos e despesas causados a terceiros	Produtos e responsabilidade civil	15.000
Patrimonial	Danos materiais causados por danos elétricos, incêndio, vendaval e Tumulto e assegura a perda do aluguel	Os prédios estão segurados a 100% de seu valor de mercado	21.500

Diretoria  
Diretor Presidente: Rafael Sottili  
Diretor Financeiro: João Artur Trama Torres Fontes

Contadora: Larissa Cristina Guimarães CRC: SP-345721/O-8

